

# 1 Introdução

Keep calm and carry on está na moda. O pôster atualmente usado para a decoração e apresentando diversas variações<sup>1</sup> teve o propósito original um pouco diferente. Criado em 1939, no início da II Guerra Mundial pelo Ministério da Informação Britânico, esse pôster fazia parte de uma série com outros dois e tinham o objetivo de elevar o moral da população britânica caso a Inglaterra fosse invadida. O cartaz não foi distribuído em grande quantidade e somente em 2000 foi redescoberto em um sebo da Inglaterra<sup>2</sup>.

Mas esse pôster/propaganda embora resgatado e reinventado teve sua origem completamente esquecida. Quantas pessoas que o penduram em suas paredes será que sabem o motivo de sua criação? Impossível responder. Mas é interessante notar como o passar do tempo, esse mesmo tempo que permite revisitar o passado e visualizar o quanto se evoluiu de um ponto a outro, também encobriu algumas verdades. É como se para evoluir fosse necessário esquecer.

A memória vem ganhando importância também na área de Relações Internacionais e entrelaça-se à Política Internacional por auxiliar no desenvolvimento de pontos importantes como a identidade e a violência. Nesse sentido, o presente trabalho representa um esforço de articular o problema da violência e os processos de construção de identidades no Estado Moderno através da perspectiva da memória. O objetivo aqui é analisar como as práticas de memória atuam na manutenção deste ente soberano, principalmente em momentos de crise.

A memória oferece uma ligação entre passado, presente e futuro e informa a identidade das comunidades políticas modernas. O que deve ser problematizado é como a memória é articulada com o tempo. Em sua relação com o passado, a memória traduz o sentimento de pertencimento; no presente, atua como norteador para a tomada de decisões sempre com vistas ao que já foi feito e permite olhar para o futuro com a perspectiva de satisfazer os anseios de comunidades políticas.

---

<sup>1</sup>Keep calm and kiss on, keep calm and blog on...Entre outros.

<sup>2</sup>[http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk\\_news/magazine/7869458.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/magazine/7869458.stm)

Na formação deste ente denominado Estado Moderno foi necessário um ordenamento fixo baseado em um entendimento de espaço e tempo igualmente fixados. As fronteiras que delimitam e advogam um território e um entendimento do tempo que deve ser entendido como um mestre que ensina, mas que também marca a diferença.

Mas para que esse entendimento espaço-temporal se consolidasse muitos outros processos de extermínio das diferenças também estiveram presentes. A homogeneização dentro das fronteiras que para Heather Rae (2003) tiveram seu início na exterminação das diferenças religiosas passaram por diversos refinamentos de forma que estivessem presentes em todos os lugares, ou que estivessem dispostos de forma que também estivessem esquecidos em cada monumento.

Nesse sentido, a relação usual entre trauma e memória não será tratada aqui pelo seu viés psicológico e as múltiplas interpretações deste campo do saber. Ao invés disso, o trauma se caracteriza pela ruptura da estabilidade e da segurança que seriam *a priori* oferecidos pelo Estado. Assim, o trauma é aquilo que decorre da violência do Estado Moderno nos processos de homogeneização engendrados em seu nascimento e manutenção.

Um terceiro elemento aqui presente é a relação entre memória e testemunho. Neste aspecto, a memória apresenta consequências políticas importantes ao estar relacionada com aspectos contingenciais do ato de lembrar e narrar. Para tanto, faz-se necessário não perder de vista a relação entre narrativa e temporalidade, nem a relação entre a narrativa e identidade. A memória é acessada ou informada, através de uma narrativa linear. Mas o tempo, também é percebido através da narrativa. Desta forma, narrativa e temporalidade estão juntos e por isso é importante a discussão sobre testemunho e suas implicações na manutenção do Estado Moderno.

No que concerne à identidade, o testemunho é produzido em arenas específicas que informam a verdade sobre o passado. No entanto, nem tudo que é dito chega ao status de verdade. Muitos das testemunhas vão perder sua força política quando categorizadas como doentes ou incapazes de oferecer as informações temporalmente e espacialmente fixadas entendidas pelo aparato estatal como verossímil.

Lembrar e esquecer na vida moderna embora pareça facilmente distinguível está muito longe de ter claro quais são seus impactos na vida política. Embora sua importância no cotidiano possa parecer um antagonismo ingênuo, são nos processos de profunda crise política que se pode ter alguma ideia da enorme dimensão que essas duas ações podem trazer como consequência.

Tendo em vista que comunidades políticas lembram e esquecem para se construírem e se manterem, é possível afirmar a relação estreita entre memória e identidade. Afinal, o sentimento de pertencimento de um indivíduo àquela comunidade nasce de uma conexão da história deste com a história da própria comunidade em que está inserido.

Nesse sentido, essa dissertação trata das práticas de memória colocadas em ação para a homogeneização do Estado Moderno. Essas práticas são reflexos do constante jogo entre lembrança e esquecimento, e contribuem para que comunidades políticas sejam disciplinarizadas e portanto, reproduzam a si mesmas por meio da reafirmação das categorias de pertencimento e exclusão.

Para desenvolver esta problemática serão trazidos exemplos que mostram como as práticas de memória atuam no sentido de se construir uma narrativa homogênea sobre o passado. Desta forma, a memória está a todo tempo em tensão e em diversos momentos torna-se possível resgatá-la de forma a se construir novas bases para ações do futuro.

No primeiro capítulos serão abordados os temas que relacionam o trauma e a memória na conformação do Estado Moderno. Para tanto serão tratadas as questões relacionadas ao tratamento dado às violências cometidas na construção de uma comunidade política homogênea. Nesses processos, a memória assume a característica de ser um ponto comum que permite que se crie o sentimento de pertencimento entre aqueles que constituem determinadas comunidades políticas.

Um segundo passo importante no primeiro capítulo é o entendimento de que a memória ao longo desses processos de homogeneização, passa por um revestimento resultado das dinâmicas do Saber/Poder que pavimenta o passado ao ser considerada História. Assim, a memória é naturalizada podendo chegar quase que em um engessamento onde não há espaço para narrativas divergentes do passado.

Mas onde há espaço para testemunho há também o potencial para a resistência abertura para a disputa de versões do passado. As categorias de vítimas e testemunhas, muitas vezes correlatas, oferecem impressões e perspectivas diferentes e diversas. Nos espaços atuais onde é possível recontar o trauma, a narrativa que surge como possível resistência é cooptada pelo tipo de tratamento que é dado a essas testemunhas.

No segundo capítulo serão exploradas as práticas de memória como celebrações, memoriais e comissões de verdade. Entendendo que é nesses espaços onde o passado é performatizado, instrumentalizado e reificado, uma observação atenta a alguns destes

lugares torna-se fundamental para iluminar as tensões entre lembrança e esquecimento ali engendradas.

Nesse sentido, são abordadas através dos exemplos do Cenotaph e o Muro do Vietnam as memórias de violência encenadas em torno de conflitos que envolveram um grande número de pessoas e que tornaram-se emblemáticos na memorialização de guerra. O objetivo de se trazer esses exemplos é o de ilustrar a articulação feita em torno desses conflitos que exaltam a lembrança de determinados aspectos em detrimento de outros.

Outro exemplo apresentado são os memoriais construídos em torno das vítimas do Holocausto. O interessante deste tipo de monumento é a construção narrativa empregada para que se apague o aspecto que justamente é raiz deste evento: a construção de categorias de pertencimento e diferença dentro do próprio Estado Moderno.

Ao fim do capítulo é apresentado o exemplo de contra monumentos na Europa e da Comissão de Verdade da Argentina na década de 80 para investigar os crimes ocorridos durante a ditadura naquele país, além do movimento popular Madres da Plaza de Mayo. O objetivo é exemplificar como as práticas de memória podem também servir, pelo menos em um primeiro momento, como denúncia das violências cometidas pelo Estado.

No terceiro capítulo são exploradas as práticas de memória na construção e manutenção de comunidades políticas. Para tanto são apresentados dois exemplos, o da Ex-Iugoslávia e de Ruanda. Esses dois exemplos foram escolhidos porque as narrativas sobre o passado, e por conseguinte, a identidade dessas comunidades políticas foram utilizadas de forma a se insuflar os conflitos ocorridos na década de 90.

Como consequência da queda do Império dos Habsburgos, baseada na coexistência de diferentes identidades e não na centralização do poder, cada um dos grupos que formava a Ex-Iugoslávia tentou se consolidar de forma independente. No caso da Ex-Iugoslávia após a morte de Tito, que guiou a região com mãos de ferro para manter a região unida e estável, esses processos de busca pela construção de comunidades políticas independentes se deu através do ressurgimento de narrativas que criassem as bases que legitimaria o conflito.

Em Ruanda a relação entre passado e presente resgatada momentos antes do conflito é o seu mito de origem. O mito ramítico foi utilizado para justificar a

reinvidicação dos Tutsis de ocuparem o poder e pelos Hutus para a expulsão dos Tutsis do país.

Ao trazer diferentes exemplos busca-se apresentar como as práticas de memória encontram-se profundamente difundidas nas comunidades políticas da atualidade. Nesse sentido, os conflitos que geraram grande comoção humanitária oferecem não um aprendizado para as políticas do futuro. Eles oferecem uma pergunta sobre como o passado é tratado na busca pela legitimação de narrativas que cooptam a memória para reificar de que conflitos são necessários.